

## Greve suspensa, mas a luta continua forte!

O movimento unificado dos docentes e técnico-administrativos junto com a ocupação dos estudantes foi o mais coeso na história de greves na Ufes.

Os 29 dias de greve dos docentes revelaram, mais uma vez, aguerridos lutadores que colocaram a educação e a saúde no centro do debate público. Mesmo enfrentando pressão da Justiça, autoritarismo do governo e da reitoria, além de episódio com a polícia e de pressão conservadora, o movimento paredista não cedeu às chantagens e se manteve forte na defesa da pauta de reivindicação.

Diferente de anos anteriores, a pauta da greve teve como ponto central a luta contra a Proposta de Emenda à Constituição- PEC 55/2016 (antes chamada de PEC 241) que foi aprovada no dia 13 de dezembro pelo Senado Federal. Conhecida como "PEC do Fim do Mundo", a medida congela todos os investimentos públicos por 20 anos em prejuízo da população de baixa renda.

O encerramento da greve foi uma decisão da categoria na Assembleia Geral, realizada em 14/12, que aprovou o estado de mobilização permanente. Os professores avaliaram que com o recesso do Congresso Nacional era hora de reorganizar o movimento e programar as atividades para 2017, quando fará parte da pauta do movimento a reforma da previdência e a perda de direitos trabalhistas por conta dos ajustes econômicos do governo Temer.

Em fevereiro, os professores devem voltar a se manifestar também contra a medida provisória 746, que propõe a reforma do Ensino Médio, e o projeto Escola Sem Partido. "A saída da greve não significa que vamos ficar inertes no próximo período. Seguiremos mobilizados para enfrentar os projetos do governo Temer que tiram direitos e dificultam ainda mais a aposentadoria dos trabalhadores. Estaremos vigilantes", garante o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto.



Foto: Comunicação Adufes

Por ampla maioria, os docentes da Ufes aprovaram greve no dia 11/11. Movimento durou cerca de um mês.

### Em caso de corte de ponto, não haverá reposição de aulas

Com a volta ao trabalho, a categoria apresentou à reitoria uma proposta de reposição das aulas. Com o aval do Conselho Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), o reitor Reinaldo Centoducatte definiu novo calendário acadêmico e até o fechamento desta edição do Fique Por Dentro ainda não havia descartado o corte de ponto.

O Comando Unificado de Greve e a diretoria da Adufes têm cobrado de Centoducatte uma posição em defesa da autonomia universitária, da democracia e dos direitos dos servidores técnicos e docentes que aderiram às greves deflagradas nos dias 16 de novembro. Apesar da insistência do comando, o reitor disse que não pode garantir que não haverá corte de ponto e que terá que cumprir ordens do MPOG. As categorias, no entanto, entendem que o corte de ponto fere o direito de greve e é mais uma forma de criminalizar a luta dos trabalhadores.

"Historicamente, sempre conseguimos reverter as tentativas de corte de ponto. A própria Associação Nacional dos Docentes (Andifes) já se manifestou pela impossibilidade do corte dos dias parados", lembra o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto. Para o dirigente, o corte de ponto é inviável por causa da natureza do trabalho dos professores, uma vez que exercem várias atividades fora de sala de aula.

Calendário. Pelo calendário aprovado pelo Conselho da Ufes, a reposição das aulas deverá ser feita de 23/01 a 06/03/2017, e o recesso acadêmico de 02 a 22/01. Com isso, o início do semestre letivo 2017/1 começa em 21 de março. No entanto, caso não haja entendimento sobre o corte dos dias parados, os professores já decidiram pela não reposição das aulas perdidas, forçando desta forma o cancelamento do semestre letivo de 2016/2.

# Câmara conclui de forma autoritária votação da contrarreforma do Ensino Médio

Governo ignora estudantes e professores e impõe a “reforma do Ensino Médio” por meio de Medida Provisória. Agora o projeto segue para o Senado.

A Câmara dos Deputados concluiu, em dezembro, a votação da Medida Provisória 746/16 (Projeto de Lei Convertido - PLV 34/16) que inicia a contrarreforma do Ensino Médio e compromete toda educação pública brasileira. A matéria, que será votada sem diálogo e reflexão com a sociedade, também retrocede os avanços dos cursos de licenciatura das universidades.

“A MP provoca perplexidade em uma sociedade profundamente abalada por inúmeras ameaças aos direitos. O projeto evidencia o aumento de privilégios e das desigualdades sociais”, diz a professora do departamento de Ciências Sociais, Lívia Moraes, que destaca “o governo quer para os pobres uma formação tecnicista e menos cidadã”.

Exclusão de disciplinas. De acordo com o texto do senador Pedro Chaves (PSC-MS), as disciplinas de Educação Física, Arte,



Mais de 5 mil estudantes, professores e técnicos foram às ruas contra PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio.

Sociologia e Filosofia continuam não sendo obrigatórias, deixando a cargo dos estudantes a escolha. O texto ainda possibilita que profissionais sem licenciatura sejam contratados para ministrar aulas. “Isso significa dizer que o professor não precisa entender de didática e nem de métodos e de técnicas de ensino”, critica Lívia.

O docente Gustavo M. Prado, do depar-

tamento de Educação e Ciências Humanas do Ceunes, avalia que a intenção da MP é desmoralizar a profissão. “Para o governo qualquer um pode ser professor. Com essa ação, o executivo ignora a importância dos cursos de licenciatura, que foram criados para confirmar a identidade profissional do professor e possibilitar um ensino de melhor qualidade”, pontua.

## “MP do Ensino Médio é inconstitucional”, diz Procurador-Geral da República

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5599), que questiona a Medida Provisória 746. A ADI foi apresentada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) perante o STF, diante do envio da MP pelo presidente Michel Temer, no dia 22/09.

Entre as irregularidades está a supressão indevida das disciplinas Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes, que são dimensões fundamentais para o pleno desenvolvimento humano. O parecer ainda aborda irregularidades como a flexibilização na admissão de profissionais de educação e a supressão do ensino noturno.

Carga horária. Com relação à carga horária, o projeto de lei de conversão estabelece uma transição para o ensino

médio em tempo integral. Em cinco anos, a ampliação será das atuais 800h para até 1.400 horas anuais. Entretanto, o aluno poderá cumprir essa carga horária em atividades práticas, cursos em outras instituições e via educação à distância. “Os estudantes irão arcar com parte dos custos e, ao mesmo tempo, o setor privado se apropriará da educação enquanto mercadoria”, destaca Lívia.

Insegurança. O aluno finalista da licenciatura de Sociologia, Vinícius Fernandes, lembra que em vários momentos da história do Brasil disciplinas como Sociologia foram retiradas do currículo escolar. “Principalmente em contextos em que a formação tecnicista foi supervalorizada em detrimento ao pensamento reflexivo”, diz.

Segundo o estudante, o momento é de muita insegurança para os futuros

profissionais dos cursos que foram excluídos do currículo do Ensino Médio. “Estou concluindo a licenciatura no mesmo período em que a disciplina é retirada da grade curricular. Para não ficar de fora do mercado de trabalho terei que fazer a complementação em Geografia ou História”, finaliza.



A polícia reprimiu duramente estudantes secundaristas e universitários durante protestos.

# Professores permanecem mobilizados contra a Reforma da Previdência

A categoria se mantém resistente à Reforma da Previdência Social que ataca direitos fundamentais dos trabalhadores.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a aceitabilidade da reforma da Previdência (PEC 287/16). Agora, o texto segue para análise de uma comissão especial que será criada na Câmara dos Deputados.

A Assessoria Jurídica do Andes-SN fez uma breve análise do texto preliminar e chama a atenção para a eliminação da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição (30 ou 35 anos de contribuição acumulada com 55 ou 60 anos de idade, para mulheres e homens, respectivamente). O projeto não contempla mais essa modalidade de benefício e, em seu lugar, está prevista a aposentadoria voluntária aos 65 anos de idade, critério utilizado para homens/mulheres, sendo necessário que o servidor possua, ao menos, 25 anos de contribuição, além de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e privado e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

O trabalhador que quiser ter aposentadoria integral deverá contribuir por 49 anos, com exceção dos militares. Já os policiais civis seguirão a regra nacional. O presidente Temer argumenta que a reforma é a única maneira de garantir a continuidade da Previdência.

Farsa da crise da previdência. A professora e pesquisadora do Instituto de Econo-

mia da UFRJ, Denise Gentil, denunciou a farsa da crise da Previdência Social no Brasil em sua tese de doutorado. De acordo com a professora, o que há de fato é uma gigantesca farsa contábil que transforma em déficit o superávit do sistema previdenciário.

Ela fez um levantamento da situação financeira do período 1990-2005. De acordo com Denise, o fluxo de caixa do INSS é superavitário há vários anos. Em 2005, para citar o ano mais recente, esse superávit foi de R\$ 1,2 bilhões. O superávit da Seguridade Social, que abrange Saúde, Assistência Social e Previdência, é ainda muito maior. Nesse mesmo ano, o excedente de recursos do orçamento da Seguridade alcançou R\$ 72,2 bilhões. "No entanto, boa parte desse excedente vem sendo desviado para cobrir outras despesas, especialmente de ordem financeira", diz a docente na tese *A falsa crise da Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990 - 2005*.

O presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, destaca que a greve unificada na Ufes e as ocupações dos secundaristas e universitários se deram em razão da PEC 55 ser o "carro-chefe de um pacote de reformas do governo federal com consequências gravíssimas para a saúde, educação e seguridade social". "Estamos na luta contra todas as manobras do governo que penalizam os trabalhadores brasileiros e desmontam os serviços públicos. Por isso, em assembleia mantivemos estado permanente de mobilização", ressalta Rocha.

## Algumas das principais mudanças

**Teto do INSS.** O trabalhador que desejar se aposentar recebendo o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente em R\$ 5.189,82, deverá contribuir por 49 anos. Esse valor é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

**Trabalhadores do Campo.** Trabalhadores rurais na regra em vigor não são obrigados a contribuir com o INSS. Na nova proposta, eles deverão contribuir até a idade mínima de 65 anos. De acordo com o governo, as regras para os trabalhadores rurais serão discutidas após a promulgação da PEC.

**Pensão por morte.** O valor básico do benefício da pensão será de 50% (cota familiar) dos proventos do servidor aposentado ou dos proventos a que teria direito o servidor ativo se estivesse aposentado por incapacidade permanente. Esse valor será acrescentado de 10 pontos percentuais (cota individual) para cada dependente, até o limite de 100%, e estará limitado ao limite máximo de benefícios do RGPS. Então, o valor mínimo da pensão será de 60%, no caso de haver apenas um dependente, e poderá chegar a 100% quando houver cinco ou mais dependentes. As cotas individuais de 10% da pensão serão extintas quando o beneficiário deixar de ser dependente (quando os filhos atingirem a idade limite para recebimento, por exemplo).



Trabalhadores protestaram contra a Reforma da Previdência, PEC 55, e MP 746 em ato unificado.

# Muita luta pela frente, vamos nos preparar

Durante o período de greve, professores e técnico-administrativos realizaram diversas atividades com os estudantes. “Neste sentido, o Comando Unificado renova o convite a todos e todas para que continuem vigilantes e atuantes em 2017”, diz a professora Juliana Iglesias Melim, do Comando Unificado de Greve (CUG), agora transformado em Comissão de Mobilização Permanente.

Na avaliação do CUG, o grau de unidade foi um dos ganhos centrais do movimento que ocupou todos os espaços possíveis para denunciar os ataques do governo, angariando com isso apoio e simpatia da população. Com atividades praticamente diárias, o comando realizou atos de rua, panfletagens (inclusive com bloqueios de veículos ao campus de Goiabeiras), aulas públicas, cine-debate, sarau, seminários e palestras sobre a conjuntura nacional, a PEC 55, os projetos de ajuste fiscal e de terceirização irrestrita, o Escola Sem Partido, as Reformas da Previdência/ Trabalhista e do Ensino Médio.

Carta Aberta. “Os muros da universidade foram rompidos e alcançamos as ruas, dialogamos com a sociedade sobre a necessidade de combatermos e derrotarmos os ataques sobre os direitos trabalhistas e sociais históricos”, destaca o professor Raphael Góes Furtado, também integrante do Comando Unificado. De acordo com ele, o movimento nacional foi impulsionado pelas ocupações estudantis que tiveram início nas escolas e se expandiram para os institutos federais e universidades.

O momento é de resistência. Na avaliação geral do Comando Unificado de Greve, o movimento foi vitorioso porque demonstrou força e garra por não abandonar a luta, mesmo com a decisão do STF de cortar o ponto das/os servidoras/es públicas/os em greve. O Judiciário e o Governo tentaram intimidar de todas as formas, inclusive criminalizando um instrumento histórico da classe trabalhadora que é a greve. Retroceder não será o próximo passo. A categoria estará mobilizada em defesa da universidade pública, gratuita, plural, laica e de qualidade.



Foto: Sérgio Cardoso

Milhares foram à Brasília protestar contra a PEC 55. Houve atos também no ES.



Foto: Comunicação Adufes

Ato unificado do dia 11/11 reuniu centenas de trabalhadores na escadaria do Palácio Anchieta



Foto: Comunicação Adufes

Palestra sobre terceirização com o Professor Ricardo Antunes na Ufes



Foto: Comunicação Adufes

Professores, técnicos e estudantes fecharam cancelas do campus de Goiabeiras em ato